

# Mercado Interno Colonial e Grau de Autonomia: Críticas às Propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino

*Eduardo Barros Mariutti*

Doutorando em História Econômica do Instituto de Economia da UNICAMP

*Luiz Paulo Ferreira Nogueeról*

Doutorando em História Econômica do Instituto de Economia da UNICAMP

*Mário Danieli Neto*

Mestrando em História Econômica do Instituto de Economia da UNICAMP

## RESUMO

*O presente artigo critica algumas das proposições apresentadas recentemente por dois dos mais conhecidos membros do que se tem convencionado chamar Escola do Rio: João Luís Fragoso e Manolo Florentino. Com relação a elas, pomos em dúvida o seguinte: os movimentos internacionais dos preços do açúcar e do café indicando a introversão dos ritmos de crescimento econômico, a extensão ao período colonial das análises feitas pelos autores com base em documentos datados entre 1790 e 1840, a crítica ao que eles chamam de "modelos tradicionais" da historiografia brasileira e o significado das relações de troca existentes entre as economias do que hoje chamamos Regiões Sul e Sudeste do Brasil.*

## PALAVRAS-CHAVE

*economia colonial, mercado interno*

## ABSTRACT

*This paper presents some critics for the statemens made recently by two of the most known members from the so called Rio Schoool: João Luís Fragoso and Manolo Florentino. Specifically, we are in doubt about: the international coffee and sugar prices' feature, between 1790 and 1840 in Rio, showing the internal growth capability, the extension of their conclusions to all the colonial period, the critics to the traditional models of brazilian historiography and the meaning of trade relationships between the differents economies of the today called South and Southwest Brazilian Regions.*

## KEY WORDS

*Brazilian colonial economy, national market*

JEL Classification:

*N01*

Qualquer estudo que tenha como objeto as sociedades erigidas nas Américas como decorrência da expansão marítima européia cedo ou tarde esbarra em um intrincado problema (ou, nas palavras de Ciro F. S. Cardoso, num dilema): as colônias foram formadas como um complemento da economia metropolitana, de modo que o seu pleno sentido só pode ser revelado se referidas ao sistema maior de que fazem parte. Entretanto, a implantação das colônias implicou a formação de uma estrutura interna dotada de uma lógica própria, que não pode ser reduzida exclusivamente à sua ligação com a metrópole (cf. CARDOSO *in*:LAPA, 1980). Estamos, portanto, diante de um impasse: sem levar em consideração o conjunto (e a proeminência da Europa Ocidental como centro dinâmico), a colonização do novo mundo é incompreensível. Mas ao mesmo tempo existem particularidades entre as diversas colônias e entre as relações de cada uma delas com as suas respectivas metrópoles que só um estudo específico poderia revelar.

As principais interpretações sobre o período colonial contemplam estas duas dimensões do problema, embora atribuam pesos diferenciados a cada um dos extremos. Derivados desta ordem de questões, surgiram ultimamente novos estudos sobre o peso efetivo desempenhado pelo mercado interno na colônia. Trata-se de um mero apêndice das grandes unidades exportadoras que, por sua vez, dependem inteiramente da demanda internacional ou, pelo contrário, este mercado apresenta um dinamismo próprio, que lhe confere uma certa autonomia e possibilita a ocorrência de acumulações endógenas na colônia? Esta indagação é a tônica da perspectiva formulada por Fragoso e Florentino, a qual pretendemos discutir neste artigo.

## 1. SÍNTESE DA INTERPRETAÇÃO DE FRAGOSO E FLORENTINO

Somente *O arcaísmo como projeto* foi escrito em conjunto por João Fragoso e Manolo Florentino. No entanto, trataremos aqui da interpretação destes dois autores em bloco, dada a complementaridade entre este livro e *Homens de grossa aventura*, o qual apenas Fragoso assina.<sup>1</sup> Estes dois autores

---

1 Nossa análise ficará restrita a estes dois livros que, em nossa opinião, representam a base da perspectiva delineada por Fragoso e Florentino. Não discutiremos, portanto, seus trabalhos mais recentes.

pretendem analisar as formas de acumulação que perpassam a economia escravista-colonial na virada do século XVIII para o XIX. O foco principal é o funcionamento da praça do Rio de Janeiro, ou melhor, seu mercado e suas formas de produção. O período abordado em *Homens de grossa aventura* situa-se em um ciclo de Kondratieff, cuja fase positiva localiza-se entre 1792 e 1815, enquanto a fase negativa vai de 1815 até 1850. Segundo Fragoso, na fase B a colônia não acompanha a crise do mercado internacional: não houve recessão neste período, mas uma tendência de alta nas flutuações coloniais, o que “desmente” a historiografia (Fragoso cita Celso Furtado e Virgílio N. Pinto). Tanto Fragoso quanto Florentino pretendem questionar alguns postulados presentes nos “**modelos explicativos da economia escravista**” tais como: 1) a importância reduzida do mercado interno; 2) a estreita dependência vista nas relações da colônia com a metrópole. Não obstante as diferenças que separam uma perspectiva da outra, estes postulados estão presentes na análise dos adeptos do “Antigo Sistema Colonial” e do “Modo de Produção Escravista”.<sup>2</sup> De acordo com Fragoso, era perfeitamente possível para a agroexportação manter receitas positivas nos períodos de queda dos preços internacionais, assim como o comportamento da economia colonial não pode ser medido apenas pelo desempenho do setor exportador:<sup>3</sup> a economia colonial é mais complexa do que uma plantagem escravista, pois é capaz de aumentar os rendimentos provenientes de sua produção de abastecimento mesmo durante a queda dos preços internacionais e de retração da agroexportação: **isto possibilita acumulações endógenas no espaço colonial, a partir do mercado interno.** Em síntese: o escravismo colonial, ao reproduzir-se, gera formas de produção **não capitalistas** (exemplo: produção “camponesa”, trabalho livre não-assalariado, produção escravista de alimentos, estância gaúcha etc.), as quais fazem parte do mercado interno que, exatamente por não ser capitalista, inaugura circuitos de acumulação endógena.<sup>4</sup>

2 Fragoso e Florentino incluem nestas duas categorias, de forma explícita, os seguintes autores: Caio Prado Jr., Celso Furtado, Fernando Novais, J. M. Cardoso de Mello, J. Jobson de Arruda; Ciro E. S. Cardoso e J. Gorender.

3 Segundo Fragoso, o Charque e a Farinha atingiram preços superiores aos do açúcar antes da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808.

4 Fragoso define o que entende por **acumulação endógena**: “*movimento que diz respeito à reiteração, no tempo, das produções ligadas ao abastecimento interno. Esse movimento, por ser realizado em todas as suas etapas no espaço colonial, implicaria a retenção do seu excedente no interior da economia colonial.*” (FRAGOSO, 1992, p. 27)

Outro ponto decisivo, presente em *O arcaísmo como projeto*, é a atenção dada pelos dois autores ao **mercado atlântico** na explicação sobre a permanência da escravidão no Brasil: **mercado que desempenhava um papel estrutural na América e na África**. Durante os mais de 300 anos de tráfico, os europeus praticamente não “produziram diretamente o escravo” (i.é., não se dedicaram ao apresamento dos africanos).<sup>5</sup> O tráfico africano torna-se, desse modo, afro-americano **por definição**: os Estados africanos, em maior ou menor proporção, eram os únicos produtores de escravos em larga escala (as sociedades que não o tinham permaneceram isoladas dos principais eixos do comércio negreiro), o que produziu diferenciações sociais entre classes e etnias. Fora isto, acabou reforçando a utilização de cativos dentro do próprio continente africano, mas de forma diferenciada: **a escravidão doméstica preexistente adquiriu feições mercantis**, o que provocou transformações mais profundas nas diversas formações sociais africanas.

Entretanto, o que é mais relevante na perspectiva destes dois autores é a constatação das peculiaridades de Portugal e suas implicações sobre o processo de colonização. Mesmo para os padrões europeus do século XVI a estrutura social portuguesa era atípica: os camponeses compunham apenas 1/3 da população. Os 2/3 restantes eram compostos pelo clero, fidalgos e mercadores (somados=1/3), artífices, pescadores e ociosos (que compõe o 1/3 restante). Nestas condições, a produção de alimentos não poderia ser garantida e uma ampla rede parasitária solidificou-se: a expansão ultramarina foi uma das saídas encontradas para preservar esta estrutura predatória. Deste modo, a transferência de renda para a metrópole não serviu para promover o capitalismo, mas para alimentar a Coroa, que esterilizava sistematicamente os recursos produzidos nas colônias. O fato do Estado português não nutrir-se da renda fundiária, mas dos rendimentos do tráfico marítimo, revela o verdadeiro significado da colonização, levada a cabo predominantemente pelo fidalgo-mercador: *“prover a sociedade portuguesa daqueles recursos capazes de sedimentar a estrutura parasitária portuguesa, vista*

---

5 De acordo com Fragoso e Florentino, quando os portugueses tentaram estabelecer esta produção direta, as rotas do tráfico se desestabilizaram (cf. FRAGOSO & FLORENTINO, 1993, p. 43-51).

*agora não como anacronismo, mas como projeto social.*” (FRAGOSO, 1992, p. 69) Em suma, Portugal rumava para o “não capitalismo” no século XVIII.

A particularidade da metrópole produz reflexos na colônia. Segundo Fragoso e Florentino, a natureza “arcaica” da formaao colonial brasileira impede que a estrutura econômica possa ser apreendida por si mesma, i.e., **sem levar em conta os aspectos não economicos que informam o seu funcionamento**. Há um imbricamento entre a reproduao do sistema economico e a reiteraao de uma hierarquia extremamente excludente que forma um **tipo específico de reproduao** (cf. FRAGOSO & FLORENTINO, 1993, p. 11-12). Um ideal “arcaizante” perpassa toda a sociedade: ascender socialmente implica tornar-se membro da aristocracia. Este ideal materializa-se em um fenomeno curioso: os grandes mercadores, após acumularem riquezas, acabavam abandonando as atividades mercantis e convertendo-se em rentistas urbanos e senhores de terras e de homens (atividades que possuíam uma taxa de lucro muito inferior à proporcionada pela antiga ocupaao). De forma sintética, o ponto nuclear da interpretaao de Fragoso e Florentino pode ser descrito do seguinte modo: **a manutenao de uma sociedade altamente hierarquizada era, simultaneamente, a base da reproduao da economia colonial e seu objetivo principal**. Entretanto, o caráter mercantil da produçao é um elemento imprescindível: o trabalho excedente deve comportar-se como mercadoria e ser reinvestido na produçao. Este investimento traduz-se na compra de mais escravos, maiores faixas de terra e na **concentraao de poder** para garantir a coaao sobre a fonte de trabalho vivo que nutre o sistema, isto é, o escravo. Assim, nestas condioes, as relaoes de poder assumem o papel das relaoes de produçao (cf. FRAGOSO, 1992, p. 33 e segs.).

## 2. COMENTÁRIOS

Como já observamos, um dos pontos mais fortes da interpretaao de Fragoso e de Florentino é a ênfase no “ideal arcaizante” presente tanto na metrópole quanto na colônia, que em conjunto com as formas de produçao não capitalistas resistem à dinâmica do mercado e garantem uma certa

acumulação interna. A expressão “não capitalista” e a noção de resistência à “economia de mercado” remetem diretamente para Fernand Braudel: para este autor, nunca houve capitalismo “de alto a baixo” da sociedade. A expressão “capitalismo” refere-se cada vez mais - corretamente, a seu ver - aos “níveis superiores” (grandes empresas, redes comerciais complexas etc.), ou seja, trata-se de uma expressão que se torna cada vez mais “superlativa”: “*Isso nos obriga - escreve Braudel - a rever nossos pontos de vista sobre um ‘sistema’ que seria capitalista de alto a baixo da sociedade. Há, pelo contrário, para falar resumidamente, uma dialética viva do capitalismo em contradição com o que, abaixo dele, não é o verdadeiro capitalismo.*” (BRAUDEL, 1996, p. 589) Este conflito entre capitalismo e sua margem inferior não é apenas de ordem econômica, pois, se fosse, o “rés-do-chão” já teria sido eliminado. Para Braudel, esta margem inferior é a verdadeira fonte das inovações e da criatividade (que pode, inclusive, ser cooptada pelo “capitalismo”) e, em certo sentido, uma forma de resistência à economia de mercado, preservando a tradição. Não há dúvida, portanto, que Fragoso e Florentino tomaram esse elemento de Braudel. Entretanto, há também elementos do marxismo em suas interpretações. Os limites **inerentes** ao capital comercial - seu caráter conservador que suplanta seu potencial revolucionário - na transformação de um modo de produção rumo ao capitalismo é um tema que foi desenvolvido de forma embrionária por Marx e posteriormente aprimorado por grandes autores como Maurice Dobb, Rodney Hilton, Perry Anderson e, de forma mais sistemática, por Robert Brenner. Esta questão ocupa um lugar de destaque nas duas fases do debate sobre a transição do feudalismo ao capitalismo (polêmica Dobb-Sweezy e “debate Brenner”). Fragoso e Florentino apontam os limites desta forma de capital na transformação da sociedade, mas, no entanto, não desenvolvem (teoricamente) o tema.<sup>6</sup>

---

6 Na realidade, neste ponto, em particular, falta um tratamento teórico mais refinado no trabalho destes autores. Há uma sobreposição de campos conceituais distintos que não é problematizada. Não é possível construir um novo campo de conhecimento ou uma nova metodologia por simples “justaposição”: elementos que pertencem a **problemáticas distintas** não podem ser simplesmente recombinados, pois cada conceito possui um significado particular derivado do conjunto de que faz parte. Braudel e Marx possuem **problemáticas distintas** e, por decorrência, **modalidades de reflexão diferentes**. Talvez seja possível combinar os dois autores, mas esta combinação encerra problemas teóricos complexos, e dá lugar necessariamente a **outra problemática**.

Embora importante, não é por este caminho que conduziremos nossa análise. Enfocaremos dois aspectos presentes na explicação de Fragoso e Florentino: em primeiro lugar, partindo de algumas das fontes de dados seriais<sup>7</sup> empregadas pelos autores, pretendemos avaliar se as conclusões a que ambos chegaram realmente são pertinentes. Em seguida faremos algumas considerações referentes à periodização adotada e às relações, tais como entendemos, destes autores com os “modelos explicativos tradicionais” da economia colonial.

### 2.1 *Variação dos Preços do Açúcar e do Café na Economia Colonial: Ritmos Autônomos?*

Ocuparemos somente de dois dos produtos mencionados pelos autores: o café e o açúcar. Faremo-lo por dois motivos. Em primeiro lugar porque, por se tratar das mercadorias cujos dados em série estão publicados, permitiu-nos realizar as correções mencionadas. Em segundo, porque são os produtos com maior peso nas exportações, sendo usados para exemplificar a extroversão econômica da América Portuguesa e do Brasil Imperial. O que disseram os autores, acerca dos produtos em questão, pode ser resumido na seguinte tabela:

**TABELA 1 - VARIAÇÕES PORCENTUAIS E TAXAS ANUAIS ALEGADAS POR FRAGOSO, EM DIFERENTES LUGARES, DE PREÇOS, RECEITAS E VOLUMES DE AÇÚCAR E DE CAFÉ EXPORTADOS PELO BRASIL EM DIFERENTES PERÍODOS**

Lugar e período	Preços (açúcar)	Receitas (açúcar)	Volume (açúcar)	Preços (café)	Volumes (café)
Amsterdã (1813-1820)	-53,8%				
Brasil (1821-1831)	-3,1% a.a.	+ 2,7% a.a.	+ 5,6% a.a.	-7,4% a.a.	+13,8% a.a.
Rio (1799 - 1811) <sup>8</sup>	-5,7% a.a.	-19,9% a.a.	-23,2% a.a.		

Fonte: FRAGOSO (1992, p. 22 e 23).

7 Fragoso adotou um estranho procedimento: a série em questão, partindo da fonte por ele empregada, inicia-se em 1796. A opção por 1799 não é justificada. Supomos, no entanto, que o objetivo do autor fosse apontar a maior amplitude dos preços partindo do momento em que estes eram os mais elevados (vide Gráfico 1). Se empregasse os dados de três anos antes, a mencionada queda seria menos pronunciada e os argumentos que empregou produziram menor impacto.

8 As fontes utilizadas são: IBGE (1987, p. 307-12); ARRUDA (1980, p. 359-63); PINTO (1995).



De fato, verificamos que o preço do açúcar, entre 1821 e 1831, não declinou à taxa constante de 3,1% ao ano. No período há reversão da tendência entre 1824 e 1829. O mesmo ocorre com os anos de 1804 e 1805, o que nega que os preços deste produto caíram, entre 1799 e 1811, à taxa alegada. Com relação às receitas e aos volumes dá-se o mesmo: a queda não é constante. Para estas, os anos de 1822, 1825 e 1826, por exemplo, mostram-se inferiores a 1821, sendo que entre 1828 e 1831 há um aumento considerável em relação ao início da série. Da mesma maneira, entre 1803 e 1808 os volumes exportados foram maiores do que em 1799. A atribuição de uma taxa única e constante ao longo do tempo nos parece equivocada por duas razões: em primeiro lugar, porque, para o produtor, supondo que as variações chegassem a ele e, portanto, não fossem amortecidas pela atuação do capital mercantil, não havia motivos para supor que a queda se manteria indefinidamente. Em segundo lugar, porque a taxa constante se supõe representativa dos movimentos de preços quando de fato não o é. Para que fosse, seria necessário que houvesse, a nosso juízo, uma distância vertical menor entre os valores reais e aqueles derivados da taxa mencionada.<sup>9</sup>

Fora a análise equivocada dos dados, consideramos relevante discordar da interpretação feita pelos autores, dos modelos chamados por eles de tradicionais, quanto à correlação entre preços e quantidades exportadas. De fato, correndo o risco de cometer anacronismos, dado que não conhecemos estudos sobre a racionalidade empresarial dos escravistas produtores de cana e café, entendemos que relevante na determinação das quantidades ofertadas dos produtos em questão eram: as médias de preços de períodos anteriores e as expectativas quanto ao futuro. Desta forma, as variações anuais teriam menos efeitos sobre as quantidades ofertadas do

---

9 Em termos econométricos, poderíamos dizer, por exemplo, que o modelo que pretende descrever o movimento dos preços de ambos os períodos é ruim, isto é, partindo de uma regressão linear onde a tendência seria a variável explicativa dos preços de ambos os períodos, teríamos o seguinte resultado: para 1799-1811,  $R^2 = 0,56$ ; para 1821-1831,  $R^2 = 0,39$ , o que consideramos pequenos em se tratando de séries temporais e não de "cross-section".



que a percepção de quedas prolongadas e irreversíveis. Como se pode observar pelo Gráfico 1, para o caso do açúcar, em nenhum momento se verifica redução de preços ano após ano. Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Fernando Novais e outros em momento algum falam das médias que mencionamos acima, assim como não explicitam o tempo necessário para que a oferta respondesse aos preços. Entendemos que Florentino e Fragoso supuseram uma correlação muito próxima entre as variáveis, decorrendo da a suposição equivocada de incompatibilidade entre os dados e os ditos modelos. Nós, por outro lado, entendemos que era necessário um período de tempo maior para que a oferta se ressentisse de uma variação negativa de preços.

De fato, entendemos que seria melhor empregar análise de variância para saber se as médias dos períodos eram significativamente diferentes uma da outra. A média dos preços da arroba do açúcar no porto do Rio, entre 1799 e 1811,  de 2\$048 réis, enquanto entre 1821 e 1831  de 2\$297 réis para o Brasil. Supondo que a média fluminense do segundo período não fosse significativamente diferente da brasileira, teríamos, a princípio, um aumento dos preços que estimularia a sucrocultura fluminense, o que contraria a hipótese de preços declinantes ao longo dos primeiros momentos do século XIX. Realizando, no entanto, um teste de análise de variância, não rejeitamos a hipótese de igualdade entre as médias.<sup>10</sup> Com isto, estamos querendo dizer que os produtores de açúcar não tinham motivos para reduzir a produção, dado que os preços internacionais não foram desfavoráveis a eles.

---

10  $F = 0,078$ . Com 1 grau de liberdade no numerador e 20 no denominador, temos  $F_{0,05} = 4,35$  e  $F_{0,01} = 8,1$ .

GRÁFICO 1 - PREÇOS DO AÇÚCAR NO RIO E NO BRASIL EM DIFERENTES PERÍODOS



O mesmo se dá no caso dos preços do açúcar em Amsterdã. Embora seja verdade que os preços tenham caído na cifra mencionada, deve-se considerar que o período de 1813 a 1820 não é essencialmente atípico. Usando a mesma fonte empregada por Fragoso, isto é, o artigo de Virgílio Noya Pinto, publicado na coletânea *Brasil em Perspectiva*, observamos que a média da variação dos preços entre 1790 e 1807 não é significativamente diferente da média do período posterior (1813-1820).<sup>11</sup> Com isto, estamos querendo dizer o mesmo que dissemos no parágrafo anterior: não houve queda significativa das médias dos preços praticados.

Fragoso e Florentino não podem, a partir dos dados quantitativos empregados, afirmar que o País possuía autonomia em seus ritmos. De fato, a instabilidade dos preços do açúcar era notável. Parece-nos razoável supor que ela era percebida pelos produtores e, desta maneira, compunha

11  $F = 0,094$ . Com 1 grau de liberdade no numerador e 25 no denominador, temos  $F_{0,05} = 4,24$  e  $F_{0,01} = 7,7$ .

um dos elementos de risco do empreendimento açucareiro. A não diferenciação das médias, se percebida pelos produtores, justifica os investimentos realizados pelos escravistas em novas unidades produtivas para a cana e derivados.<sup>12</sup> Reforçando os argumentos apresentados contra a autonomia dos ritmos da economia nacional em face das externas, apresentamos, a seguir, uma matriz de correlação para as receitas de algumas mercadorias transacionadas no porto do Rio entre 1799 e 1822 e um gráfico que ilustra os movimentos dos preços de exportação do açúcar em diferentes portos brasileiros e estrangeiros.<sup>13</sup>

*MATRIZ 1 - CORRELAÇÕES DAS RECEITAS DE DIFERENTES MERCADORIAS TRANSACIONADAS E DE QUANTIDADES DE ESCRAVOS DESEMBARCADOS NO PORTO DO RIO (1799-1816 E 1819-1822)*

	Açúcar	Trigo	Farinha	Charque	Escravos
Açúcar	1				
Trigo	0.1850009	1			
Farinha	0.3301261	0.653507	1		
Charque	0.6142213	0.209947	0.669316	1	
Escravos	0.2142602	0.234425	0.497784	0.672961	1

Fontes: FRAGOSO (1990, v. 3) e FRAGOSO E FLORENTINO (1993, p. 42).

Analisando a matriz acima, percebemos que a receita do açúcar, produto exportável, correlacionava-se de maneira profunda com as receitas do charque (produto de consumo interno). Entendemos que isto se deve ao fato de que as unidades produtoras do primeiro dependiam do abastecimento interno, principalmente nos momentos em que os fatores de produção estavam ocupados em produzir a mercadoria voltada para o mercado externo. Nos momentos em que a produção açucareira decrescia,

12 Para fazer esta afirmação estamos supondo que os custos não variaram significativamente no período, o que pode não ser verdade. Para afirmá-lo com mais segurança seria necessário analisar os preços dos escravos em ambos os períodos e, além disto, calcular o que passou a ficar no País em função da eliminação dos últimos elementos do exclusivo metropolitano.

13 Para a obtenção dos preços internacionais do açúcar procedemos à ponderação dos mesmos pelas quantidades desembarcadas em cada porto, segundo os dados apresentados por ARRUDA (1980). Procedemos da mesma maneira em relação à obtenção dos preços nacionais.

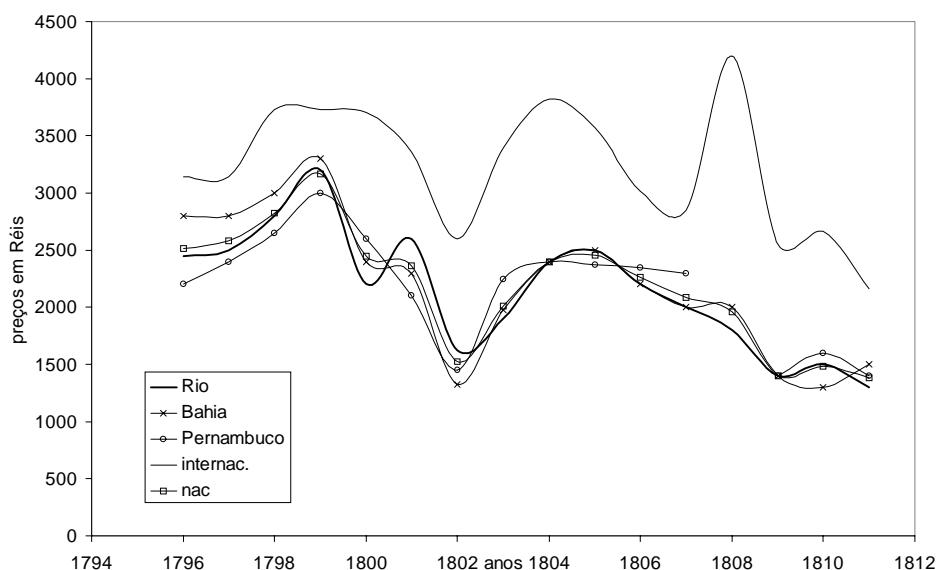
também devia decrescer a demanda por carne seca. Assim, a correlação se justifica e indica, ao contrário do que pretendia Frago, a extroversão dos ritmos da economia brasileira.

Quanto aos demais produtos, a fraca correlação do trigo com o açúcar indica uma certa constância do consumo do primeiro independente dos movimentos do segundo. Isto pode ser entendido como efeito do aumento da imigração portuguesa para o Brasil e a alteração dos hábitos de consumo dos brasileiros, que até então preferiram a farinha de mandioca à do cereal mais nobre. No tocante àquela, aqui temos, ainda que de maneira inconclusa, a possibilidade de alguma autonomia do ritmo de consumo de um produto cuja demanda era essencialmente nacional e parecia não ser reflexo do complexo econômico voltado para a exportação. Devemos analisar com cuidado a farinha de mandioca, denominada apenas farinha na matriz acima, porque o período em questão propiciou um explosivo crescimento demográfico do Rio de Janeiro em virtude da fuga da Família Real. Neste caso, a autonomia referida deve ser contextualizada no tempo para não dar a impressão de que foi uma constante no período colonial.

A fraca correlação entre as quantidades de escravos importados e a receitas com o açúcar parece dar razão, por fim, a Roberto Borges Martins (1980), quando sugere que Minas Gerais seria importadora, no século XIX, de escravos africanos entrados pelo Rio de Janeiro. Isto porque a mercadoria produzida predominantemente no Rio Grande do Sul era parte da dieta dos escravos fluminenses, mas não da dos mineiros, que a substituíam pela carne de porco mineira. Deste modo, a correlação deve ser maior com os escravos que permaneciam na sucrocultura do Rio, variável à qual não tivemos acesso.

Passaremos, agora, à análise das variações dos preços do açúcar no tempo em diferentes portos brasileiros e estrangeiros, o que iniciamos pelo Gráfico 2.

GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO DO PREÇO DO AÇÚCAR BRANCO ENTRE 1796 E 1811 EM DIFERENTES LUGARES



Inspecionando o gráfico acima, somos tentados a questionar a suposta autonomia mencionada. De fato, em 1808 e 1809 esta autonomia de ritmos seria mais visível, dado que os preços europeus se elevam substancialmente, dando-se o inverso com os nacionais. Porém, lembramos que estes dois anos foram os que mais provavelmente se ressentiram do bloqueio continental, gerando escassez de açúcar no Velho Mundo e abundância deste produto no Novo Mundo. O fenômeno, longe de mostrar ritmos próprios, indica a sujeição dos preços do açúcar aos acontecimentos estrangeiros. Para tornar mais claro o que dissemos, apresentamos a Matriz 2, referente à correlação de preços nas localidades mencionadas no gráfico. Nenhum dos índices apresentados nos parece suficientemente próximos de zero para não refutar a hipótese sustentada por Frago e Florentino. Pelo contrário, verificamos índices superiores a 0,6 entre os portos brasileiros e os preços internacionais. Reconhecemos, no entanto, que os preços do Rio foram os que menos se aproximaram de uma correlação perfeita, o que pode ser indício de um processo em andamento, mas que naquele momento parecia dar os seus primeiros passos: o da introversão dos ritmos.

*MATRIZ 2 - CORRELAÇÕES DE PREÇOS DO AÇÚCAR ENTRE  
DIFERENTES LOCALIDADES ENTRE 1796 E 1811*

	Rio	Bahia	Pernambuco	Internac.	Nac.
Rio	1				
Bahia	0.9507	1			
Pernambuco	0.8934	0.9048	1		
Internacional	0.6493	0.6577	0.875	1	
Nacional	0.9783	0.9823	0.9497	0.7011	1

Fonte: ARRUDA (1980, p. 360 e 361).

Quanto ao café, temos a dizer o seguinte: tal como no caso dos preços do açúcar, a alegada queda dos preços de 7,4% ao ano, entre 1821 e 1833, está equivocada quanto ao que pretende: a taxa dá a impressão de uma queda contínua, o que não é verdade.<sup>14</sup> De fato, se os autores analisassem as variações de preços havidas posteriormente, isto é, entre 1833 e 1850, verificariam que, ao contrário do que dizem, os preços internacionais não se mostraram contrários à expansão da cafeicultura brasileira, dado que, por meio de análise de variância, refuta-se a hipótese de desigualdade entre as médias.<sup>15</sup> Desta maneira, as expectativas dos produtores de café não eram, supondo que levassem em consideração as médias de preços dos períodos, de redução dos lucros.

Ainda no que tange aos dados quantitativos empregados pelos autores, gostaríamos de ressaltar o momento atípico, entre 1790 e 1840, pelo qual passava a economia brasileira. De fato, como dissemos, era o ocaso do exclusivo metropolitano, o que põe em dúvida, mesmo que Fragoso e Florentino tivessem feito análises corretas sobre os dados numéricos de que dispunham, a extensão do que disseram para todo o período de existência da América Portuguesa. Um elemento que indica os efeitos

14 Por meio de uma regressão linear, verificamos que a tendência apresentada pelos autores é pouco representativa dos movimentos havidos:  $R^2=0,22$ , o que consideramos muito pouco para uma série temporal.

15 A análise de variância que realizamos não refuta a hipótese de igualdade entre as médias.  $F = 0,44$ . As estatísticas F para 1 grau de liberdade no numerador e 50 no denominador são:  $F_{0,05} = 4,03$  e  $F_{0,01} = 7,17$ .

positivos sobre a economia brasileira, a partir da abertura dos portos, em 1808, e mais um argumento contra a introversão dos ritmos, é-nos dado pela diferença entre as médias das quantidades de escravos que entraram pelo porto do Rio.<sup>16</sup> Interpretamos este resultado como efeito da redução da renda enviada a não residentes, principal variável, supomos, para as acumulações exógenas.

Desta maneira, quanto aos dados numéricos empregados, temos a dizer o seguinte: os autores atribuíram médias anuais constantes a variáveis cujos comportamentos não se prestam a tanto. Por outro lado, não contextualizaram, econômica e politicamente, o período analisado. Por isto, a extensão das conclusões a que chegaram para todo o período colonial é um erro.

## 2.2 Sobre a Periodização e a Crítica da Historiografia

Em *Homens de grossa aventura*, em determinado momento, Fragoso faz algumas considerações sobre a representatividade do período compreendido entre 1790 e 1830. Aparentemente, argumenta, ele não é satisfatório devido às grandes transformações ocorridas durante as primeiras décadas do século XIX: a abertura dos portos, a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro (1808) e a independência (1822). No entanto, de acordo com as principais interpretações da historiografia brasileira, grande parte dos elementos constitutivos da economia colonial persistiram durante estas décadas, ultrapassando inclusive o marco que estabeleceu (1830). Deste modo, a praça mercantil do Rio de Janeiro neste período consiste em uma

---

16 A análise de variância para as quantidades de escravos desembarcados no Rio, tendo por fonte FRAGOSO e FLORENTINO (1993, p. 42), para os períodos de 1790 a 1808 e de 1809 a 1822, indica diferenças significativas entre as médias: 9740 e 18932 escravizados, respectivamente. A estatística F obtida foi: 7,07. Os valores tabelados para 1 grau de liberdade no numerador e 30 graus de liberdade no denominador são:  $F_{0,05}=4,17$  e  $F_{0,01}=7,56$ .



região privilegiada para o estudo porque apresenta todas as características de uma economia escravista colonial sublinhadas nos referidos modelos explicativos: a) hegemonia do trabalho escravo, reproduzido pelo tráfico atlântico; b) presença de grandes unidades produtivas (*plantation*) e; c) a produção era voltada para o mercado internacional. Assim, para justificar a pertinência do recorte regional e temporal que estabelece, Fragoso apóia-se fundamentalmente na “continuidade” apregoada pelos modelos dominantes na historiografia.<sup>17</sup>

Em um momento mais oportuno comentaremos esta suposta “continuidade” presente na historiografia do período colonial. Discutiremos agora a formação dos diversos circuitos internos mercantis no eixo sudeste apontada por Fragoso, os quais repousavam basicamente sobre o volumoso mercado de produtos de abastecimento que envolvia o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e o sul da colônia. Quanto ao Rio de Janeiro, pouco há a acrescentar: a extensa e pormenorizada pesquisa empreendida por Fragoso é plenamente satisfatória. No entanto, no caso de Minas Gerais, Fragoso parte claramente do pressuposto de que o dinamismo da economia interna desta província justifica-se pela grande concentração de escravos nesta região, que estariam predominantemente empregados na produção de subsistência ou em unidades produtoras ligadas ao abastecimento do mercado carioca. Este pressuposto deriva dos trabalhos de Roberto Borges Martins, que explica o grande número de escravos em Minas Gerais no século XIX como decorrente do incremento da economia não exportadora na região e de fatores derivados da grande quantidade de

---

17 Stuart B. Schwartz critica, de forma contundente, a precariedade do recorte estabelecido por Fragoso e a sua “representatividade”. O período estudado por este autor era marcado por peculiaridades que não podem ser desprezadas: o rápido desenvolvimento da agricultura posterior à revolta de São Domingos (1792) e a situação européia ressuscitaram as exportações brasileiras. Esta situação estimulou o comércio de escravos, que, por sua vez, intensificou a demanda por alimentos no mercado interno. Há que se levar em conta também a política pombalina de apoio aos grandes mercadores brasileiros e portugueses, destinada a revigorar o comércio luso-brasileiro, política que contribuiu para a ascensão dos mercadores do Rio: “Fragoso enxerga os padrões inerentes à situação que descreve mais como características estruturais do Brasil colonial do que como aspectos de uma conjuntura cronologicamente limitada. Como resultado, ele superestima a predominância de longo-prazo do capital mercantil e do mercado interno na história colonial situando a década de 1790 em um passado remoto, interpretando-a como se fosse representativa da época anterior.” (SCHWARTZ, 1996)

terras. Fragoso concorda com esta posição, sem contudo levar em conta o longo debate que gravita em torno desta questão. O principal crítico da análise de Martins é Robert Slenes, o qual pretende demonstrar que, embora a economia mineira apresentasse um alto grau de mercantilização, a mineração de diamantes e a exportação deste produto consistia em uma das principais atividades econômicas de Minas Gerais, sendo a produção de alimentos para as cafeicultura uma atividade exportadora indireta (*cf.* SLENES, 1988).

Para o caso da capitania de São Paulo, vale prestar um pouco mais de atenção sobre as proposições de Fragoso. Exemplificando, o autor escreve: “(...) *na virada do século XVIII para o XIX, não prevalecia em São Paulo a agroexportação escravista. A economia paulista se assentava, principalmente, na produção de subsistência e naquela voltada para o mercado interno colonial.*” (FRAGOSO, 1992, p. 115) Isto é evidente: durante todo o século XVIII São Paulo fez parte da economia mineradora, a ponto de sua autonomia administrativa ter sido suprimida para atender aos interesses portugueses na exploração aurífera, o que determinou a perda de seu peso econômico durante todo este período, fazendo com que a capitania dependesse unicamente do comércio de abastecimento e das tropas que buscavam atingir Minas Gerais, disputando espaço com comerciantes oriundos da Bahia e do Rio de Janeiro. Somente em 1765, com a restauração da autonomia de São Paulo pelo Morgado de Mateus, a região começa lentamente a apresentar sinais de recuperação econômica, porém, ao invés de fundamentar esse incremento produtivo exclusivamente na produção de gêneros de abastecimento, São Paulo retoma, na virada do século XVIII para o XIX, a cultura e a exportação do açúcar, certamente não com as características da grande propriedade agroexportadora escravista, mas com uma produção crescente em áreas como Itu, Sorocaba, Jundiaí, Mogi-Guaçu, São Carlos (Campinas), que compuseram o denominado “**quadrilátero do açúcar**”. Desta forma, parece que Fragoso atribui, no caso de São Paulo, peso demasiado no tocante ao mercado interno, pois logo que surgiu a possibilidade de retomar a atividade econômica nesta capitania preferiu-se outra vez a produção de um gênero destinado à exportação, principalmente quando havia a possibilidade de escoar o açúcar pelo porto de Santos.

Em São Paulo, após a restauração da capitania e adentrando o século XIX, configuram-se áreas produtoras de açúcar para a exportação e áreas que destinavam os seus esforços em direção ao mercado interno, como bem apontou Alice Canabrava em artigo bastante conhecido. A autora ainda esclarece que “*Os engenhos expandiram-se com continuidade, por toda a região, depois de 1789, estimulados pelas condições favoráveis do comércio internacional e pelas medidas governamentais que tenderam a valorizar o porto de Santos. Em cerca de um quarto de século a grande lavoura açucareira veio a dominar completamente a economia da área, e se tornou o motor da economia paulista.*” (CANABRAVA, 1976, p. 16) Perspectiva esta, bastante diferente dos parâmetros propostos por Fragozo para a economia paulista, no mesmo período, talvez porque não tenha ele percebido o que foi ressaltado por Alice Canabrava, ou seja, as condições do mercado internacional para o açúcar, principalmente a partir de 1790, quando a revolução em São Domingos favoreceu uma alta nos preços do produto e a expansão da lavoura paulista. Mesmo assim, Fragozo tem razão ao considerar um importante comércio de cabotagem entre o porto de Santos e o Rio de Janeiro, sendo que um dos principais produtos permutados entre estes dois portos era, exatamente, o açúcar. Maria T. S. Petrone mostra com clareza a importância desse produto no mercado carioca, onde vê-se, por exemplo, que em 1807 “*a exportação da Capitania [São Paulo] para Portugal foi de 52.210 arrobas de açúcar, sendo a exportação total de 183.660 arrobas*”, concluindo que “*2/3 da exportação paulista de açúcar era destinada ao mercado fluminense.*” (PETRONE, 1968, p. 172-3) No entanto, seguindo a leitura de Petrone, evidencia-se que a autora considera que este comércio correspondia a um período atípico que, por sinal, é o mesmo analisado por Fragozo. No comércio do açúcar entre Santos e Rio de Janeiro devem ser levados em consideração outros fatores, tais como a transformação da relação entre a metrópole e a colônia, depois de 1808. O Rio de Janeiro, “*depois da vinda da Família Real irá tornar-se ainda mais importante para a exportação paulista, inclusive para a reexportação do açúcar rumo à Europa.*” (Ibid p. 172) Além disto, a demanda da Corte por gêneros de abastecimento favoreceu a integração do eixo comercial Rio-Minas-São Paulo, integração que foi fundamental para a consolidação de uma elite mercantil que, via negócios com tropas de animais, conquistou uma posição sócio-política de destaque, chegando a desempenhar um papel importante no processo de

independência (cf. LENHARO, 1979). Outros estudos sobre o mercado interno do Sudeste tamem destacam a importância do abastecimento para a região.  e o caso, por exemplo, de Elizabeth Kusnesof (1986), que assinala a transicao de uma economia de subsistência para uma produçao de generos voltados para o mercado interno e externo (comércio de exportacao), na passagem dos séculos XVIII e XIX.<sup>18</sup> Para sintetizar: a produçao paulista destinada ao mercado interno da colônia realmente foi importante, particularmente no final do século XVIII. Entretanto, a despeito das variações conjunturais, a produçao e o transporte de aucar para o porto de Santos - que da seguia para Lisboa e para outras localidades em Portugal<sup>19</sup> - tendeu a crescer no século XIX.

Feitas estas observações, podemos retomar o problema referente  relaçao da interpretacao de Fragoso e Florentino com a historiografia brasileira. Esta  utilizada, como já salientamos, para justificar a representatividade do período onde está concentrada a análise dos dois autores. Feito isso, eles marcam uma linha divisória com relaçao aos “principais paradigmas anliticos da historiografia nacional”: um distanciamento profundo se estabelece ao demonstrarem que, em primeiro lugar, a produçao açucareira e cafeeira não acompanhava necessariamente os ciclos da economia internacional e, em segundo, o núcleo da formacao colonial era constituído por uma forma especial de reproducao onde o mercado estava subordinado aos mecanismos de ascensão social. A primeira assertiva não  verdadeira, ou melhor, a demonstracao proposta por Fragoso não  convincente, como demonstramos na secao 2.1 deste artigo. Quanto  segunda, não há razão para duvidarmos, pois ela representa, sem dvida, a maior contribuicao destes dois autores para o estudo da economia colonial. No entanto, não  possível, com base nesta perspectiva, marcar linha divisória alguma com relaçao aos autores com os quais Florentino e Fragoso dialogam.

---

18 Sobre a transicao de uma economia precária de subsistência para uma produçao de aucar de caráter mercantil na região de Campinas, ver EINSENBURG (1989).

19 Uma ligeira observacao de fontes documentais primárias, registradas nos *Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo* (v. 94 e 95), concretiza esta abordagem, pois nas partidas dos navios do porto de Santos para Portugal  possível notar claramente a exportacao de aucar e de outros generos, tais como toucinho, feijo, milho, arroz e tecidos.

Examinaremos este ponto com o devido cuidado. Não é difícil notar que a crítica aos modelos dominantes repousa na suposta continuidade apregoada por estas mesmas interpretações. Dito de forma mais precisa: Fragoso e Florentino, implicitamente, argumentam que é possível, com base na observação do comportamento da economia carioca entre 1790 e 1830, demolir as interpretações tradicionais sobre o período colonial porque todas elas, em graus variados, assumem que no século XIX ainda podem ser detectados os principais elementos responsáveis pelo funcionamento da economia colonial, assim como a dependência desta com relação ao centro dinâmico da economia internacional. O fato curioso é que todos os modelos explicativos, em graus variados, abordam o século XIX de forma diferente. Trata-se de um período onde ainda há dependência, mas esta começa a expressar-se de outra forma, mediante novas articulações e mecanismos renovados, pois a abertura dos portos e a transferência da Corte portuguesa para a “colônia” em 1808 alterou significativamente os quadros do Sistema Colonial: seu principal mecanismo, o exclusivo metropolitano, deixou de existir. A vinda da Família Real representou uma explosão na demanda que não pode ser avaliada apenas pelo aumento abrupto na população: uma nobreza extremamente perdulária aportou nestas terras, com padrões elevados de consumo que não podiam ser supridos pelo mercado local. Neste sentido, a abertura dos portos não foi fruto **apenas** da pressão britânica, mas condição para garantir o abastecimento da Corte. Com esta multiplicação da demanda não é de espantar um aumento da produção voltada ao mercado interno. Um dos exemplos mais explícitos desta generalização abusiva e deformadora das interpretações originais é o caso da crítica à Fernando Novais. Após identificá-lo como “*o mais notável discípulo de Caio Prado Jr.*” (em *O arcaísmo...*), Fragoso e Florentino tratam as duas interpretações em bloco. Mas o período analisado por Novais está compreendido entre 1777 e 1808, período marcado pela **crise** do Antigo Sistema Colonial, que para este autor chega ao **fim** com a abertura dos portos!<sup>20</sup> Mesmo Caio Prado, que ultrapassa este período, consegue

19 A própria idéia de **crise do sistema colonial** adotada por Fernando Novais suplanta o nível econômico, e se não for entendida, impossibilita a compreensão de seu pensamento: “*Crise do sistema colonial* - escreve Novais - *é, portanto, aqui entendida como o conjunto de tendências políticas e econômicas que forcejavam no sentido de distender ou mesmo desatar os laços de subordinação que vinculavam as colônias ultramarinas às metrópoles européias. Elas se manifestam no bojo da crise do Antigo Regime, variando e reajustando-se ao ritmo daquela transformação. Isso significa, desde logo, que tal crise pode perfeitamente coexistir com uma etapa de franca expansão da produção e do comércio colonial, como é o caso do sistema colonial português desta época.*” (NOVAIS, 1995, p. 13).

perceber as especificidades do século XIX e a **nova forma de dependência** que passou a adquirir consistência nesta época, bem como as transformações ocorridas na produção para o mercado interno. Mas isto não esgota as qualidades da obra deste historiador notável. O que marca a sua interpretação é a presença sutil - quase nas entrelinhas - de uma análise sobre a complexa interação entre ruptura e continuidade que integra o movimento da história. Fragoso faz uma observação importante e conseqüente: a permanência da estrutura básica da economia colonial no século XIX é observada com mais facilidade nas interpretações do que ele mesmo qualifica como adeptos do “modo de produção escravista colonial”, devido à ênfase atribuída ao fato do predomínio da escravidão como forma dominante de existência da força de trabalho ter sido preservada até 1888. Fragoso inclui nesta categoria Ciro F. Cardoso, Jacob Gorender e João Manuel C. de Mello. Aponta também a inovação presente na interpretação deste último autor: João Manuel salienta, em *O Capitalismo Tardio*, que a crise do sistema colonial e a independência implicam novidades para o funcionamento da economia brasileira, já que o controle sobre o excedente passa a ser interno, embora a relação de dependência com a economia internacional tenha sido preservada. Feita esta ressalva, Fragoso não tarda em apontar a persistência de elementos de Fernando Novais e de Ciro F. Cardoso na interpretação proposta por Gorender, principalmente a constatação de que o mercado interno era inelástico, por dois motivos: a baixa divisão social do trabalho que impedia o florescimento de um mercado interno expressivo e o caráter bi-segmentado da plantagem (a coexistência de um setor mercantil com outro assentado na economia natural). (FRAGOSO, 1992, p. 72 e segs.) Após estabelecer esta aproximação, Fragoso julga-se apto a refutar em bloco as diversas interpretações sobre a economia colonial, posição que é reiterada em *O arcaísmo como projeto* (cf. p.15-29). Este falso distanciamento, baseado em uma leitura caricata da historiografia qualificada como dominante, ocupa artificialmente uma posição de destaque na obra de Fragoso e de Florentino, o que acaba comprometendo sua virtualmente fecunda perspectiva de análise.

## CONCLUSÃO

Com base no que já foi exposto, podemos agora reforçar as principais posições defendidas ao longo deste artigo. Em primeiro lugar, o período e a região escolhidos por Fragoso e por Florentino não são representativos: a praça mercantil fluminense era o principal porto da América do Sul, **sede da monarquia**, e, portanto, configurava um espaço privilegiado para o comércio e a realização de investimentos de vulto. Generalizar para o restante do território os resultados obtidos mediante a análise de um período e de uma região que reúne tais características é um grave equívoco. A crítica da historiografia sobre o período colonial também não é procedente. Primeiro, porque Fragoso e Florentino deformam o pensamento original dos autores que pretendem criticar, minimizando as matizes presentes nas interpretações que analisam, sobretudo com relação à especificidade do século XIX. Em segundo lugar - e isto é mais grave - porque a base de sustentação de suas críticas não é rigorosa: como demonstramos na seção 2.1, Fragoso e Florentino atribuíram equivocadamente taxas anuais constantes a variáveis cujos comportamentos não permitem este tipo de procedimento. Deste modo, o argumento de que a economia colonial apresentava ritmos autônomos com relação à economia europeia entre 1790 e 1830 não resiste a um tratamento estatístico adequado, com base nos mesmos dados utilizados pelos autores em questão. Na realidade, a crítica dos modelos explicativos da economia colonial empreendida por estes dois autores já está comprometida desde o ponto de partida: o recorte do objeto e a periodização utilizada não são adequados para esta finalidade.

Por fim, pretendemos recapitular aqui o que consideramos o ponto alto da perspectiva formulada por Fragoso e Florentino: a idéia de que a reprodução da economia colonial, mesmo sendo agroexportadora e escravista, ligada portanto ao mercado internacional, não se esgota nestes elementos estruturais, pois sua reprodução implica a reiteração de uma sociedade altamente hierarquizada, onde, como escreve Fragoso, *“a produção e o uso do sobretrabalho estavam subordinados à reprodução de uma estratificação social zelosa de suas desigualdades e cujas bases seriam a propriedade do homem sobre o homem e, portanto, o mundo do trabalho identificado com o escravo.”* (FRAGOSO, 1992, p. 309) Assim, a própria dinâmica da economia colo-



nial consolida uma sociedade onde a violência provocada pela relação senhor e escravo aparece como indelével, marcando profundamente seu passado e o seu presente. Na introdução de *O arcaísmo...* eles vão ainda mais longe. Após identificar na atualidade a vigência de uma “perversa distribuição de renda”, que veda o acesso da maior parte da população à riqueza produzida, Fragoso e Florentino afirmam que seu trabalho tem como finalidade contribuir para o entendimento desta “*cruel persistência, buscando encontrar seus nexos nos mecanismos internos que, por mais de três séculos (isto é, perpassando as mais diversas conjunturas), propiciaram a contínua reprodução da economia colonial.*” (FRAGOSO & FLORENTINO, 1993, p. 12) Concordamos plenamente com esta idéia, que traz imediatamente à nossa memória Caio Prado Jr., quando escreve “(...) *ainda conservam nossas relações sociais, em particular as de classe, um acentuado cunho colonial. Quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imagina existirem nos nossos dias unicamente em livros de história; e se atentar um pouco para eles, verá que traduzem fatos profundos e não apenas reminiscências anacrônicas.*” (PRADO JR., 1992, p.11)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. V. 94 e 95. Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.
- ARRUDA, José J. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII: o tempo do mundo*. V. III. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. CMU/UNICAMP, 1997.
- CANABRAVA, Alice P. Terras e escravos. In: PELAÉZ, C. M. & BUESCU, M. (coords.), *A moderna história econômica*. Rio de Janeiro: APEC, 1976.
- EISENBERG, Peter. Senhores de engenho e plantadores de cana em Campinas, 1798-1829. (Relatório de Pesquisa) In: *Homens esquecidos*. Campinas: UNICAMP, 1989.

- FRAGOSO, João L. R. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888*. 1990. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia do Centro de Estudos Gerais da Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- \_\_\_\_\_. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FRAGOSO, J. & FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro c. 1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- FULLER, Claudia Maria. *Pequenos agricultores numa economia açucareira e exportadora (Campinas, 1820-1840)*. 1985. Dissertação (Mestrado em História) IFCH/UNICAMP, Campinas.
- FURTADO, Celso. [1959] *Formação econômica do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil - séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- KUSNESOF, Elizabeth. *Household economy and urban development. São Paulo, 1765 to 1836*. Boulder/Westview Press, 1986.
- LAPA, José Roberto A. (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980. Principais artigos utilizados: CARDOSO, Ciro F.S. "As concepções acerca do 'Sistema Econômico Mundial' e do 'Antigo Sistema Colonial'", GORENDER, J. "O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica".
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil 1808-1842*. Símbolo, 1979.
- MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slavery economy of nineteenth-century Minas Gerais*. 1980. Tese (Doutoramento) Vanderbilt University, Nashville.
- MELLO, João Manuel C. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- NOVAIS, Fernando A. [1979]. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6ª ed. Coleção Estudos Históricos, São Paulo: Hucitec, 1995.
- PETRONE, Maria T. Schörer. *A lavoura canavieira em São Paulo. Expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: DIFEL, 1968.

- PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (ed.), *Brasil em perspectiva*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- PRADO JR., Caio [1942]. *Formação do Brasil contemporâneo*. 22ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- SANTOS, Ronaldo M. *O rascunho da nação: formação, auge e ruptura da economia colonial*. 1985. 169p. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas.
- SCHWARTZ, S. B. Somebodies and nobodies in the body politic: mentalities and social structures in Colonial Brazil. *Latin American Research Review*, v. 31, n. 1, 1996.
- SLENES, R.W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.18, n. 3, p. 449-495, set./dez. 1988.

---

Os autores são alunos da pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas e são bolsistas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Para a confecção deste artigo contaram com a inestimável colaboração de Adão Clóvis Martins dos Santos, professor do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e colega de pós-graduação. Os autores são gratos aos pareceristas desta revista, pois suas críticas e sugestões contribuíram para o aperfeiçoamento deste artigo.

(Recebido em agosto de 1999. Aceito para publicação em maio de 2001).